



1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPNG – BELO HORIZONTE/MG – 29/03/2012**
2 **ATA 05/2012**
3
4
5

6 Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às dez horas, na sede da Procu-
7 radoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, situada à Avenida Álvares Cabral, nº 1.740, Belo Hori-
8 zonte/MG, em Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público
9 dos Estados e da União, estiveram presentes os Excelentíssimos Senhores Doutores: Patrícia de Amorim
10 Rêgo, Procuradora-Geral de Justiça do Acre; Eduardo Tavares Mendes, Procurador-Geral de Justiça de Ala-
11 goas; Márcio Augusto Alves, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e Institucio-
12 nais, representando Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá; Francisco das Chagas
13 Santiago da Cruz, Procurador-Geral de Justiça do Amazonas; Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Ma-
14 chado, Procurador-Geral de Justiça do Ceará; Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de
15 Justiça do Distrito Federal e Territórios; Fernando Zardini Antônio, Procurador-Geral de Justiça do Espírito
16 Santo; Benedito Torres Neto, Procurador-Geral de Justiça de Goiás; Maria de Fátima Rodrigues Travassos
17 Cordeiro, Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão; Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Jus-
18 tiça do Mato Grosso; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais; Antônio
19 Eduardo Barleta de Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Pará; Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procu-
20 rador-Geral de Justiça da Paraíba; Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador-Geral de Justiça do Para-
21 ná; Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de Justiça do Piauí; Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral de
22 Justiça do Rio de Janeiro, Presidente do CNPNG; Manoel Onofre de Souza Neto, Procurador-Geral de Justiça
23 do Rio Grande do Norte; Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul; Cláu-
24 dio José de Barros Silveira, Subprocurador Geral de Justiça, representando Héverton Alves de Aguiar, Pro-
25 curador-Geral de Justiça de Rondônia; Fábio Bastos Stica, Procurador-Geral de Justiça de Roraima; Lio
26 Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; Carlos Augusto Alcântara Machado, Procu-
27 rador de Justiça, representando Orlando Rochadel Moreira, Procurador-Geral de Justiça de Sergipe; Cle-
28 nan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça de Tocantins; Cláudia Márcia Ramalho Moreira
29 Luz, Procuradora-Geral da Justiça Militar e Elder Santos Amorim, Procurador-Chefe da Procuradoria Regio-
30 nal do Trabalho de Minas Gerais, representando Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Tra-
31 balho. Em razão da ausência justificada do Presidente do CNPNG, em face de problemas ocorridos com o
32 tráfego aéreo, iniciou os trabalhos o Doutor Fernando Zardini Antonio, Procurador-Geral do Espírito Santo.
33 Doutor Zardini convidou para tomarem assento na mesa diretora os conselheiros do Conselho Nacional do
34 Ministério Público, Dr. Jarbas, Dra. Cláudia Chagas, Dra. Ester e o Corregedor Nacional, Dr. Jeferson. Convi-
35 dou, também, o representante do Ministério Público no Conselho Nacional de Justiça, Doutor Gilberto
36 Martins. Em seguida, Doutor Benedito Torres, Procurador-Geral de Goiás, conduziu um momento de ora-
37 ção com todos os presentes. Após, Doutor Zardini colocou à apreciação as atas da última reunião, ocorrida
38 em Maceió/AL. As atas foram aprovadas à unanimidade. Iniciando-se os trabalhos, passou-se ao item 1 da
39 pauta (Acompanhamento Legislativo), momento em que concedeu-se a palavra ao Doutor Mauro Flávio
40 Ferreira Brandão, Procurador de Justiça do MP/MG, o qual, representando o Procurador-Geral de Minas
41 Gerais, Doutor Alceu Marques, apresentou escusas pela momentânea ausência do Doutor Alceu, por estar
42 reunido com o Ministro Gilberto Carvalho. Doutor Mauro, em nome de Doutor Alceu, externou as boas-
43 vindas a todos, desejando que a reunião fosse bastante produtiva. Em seguida, Doutor Mauro esclareceu
44 que, na qualidade de membro da Comissão de Processo Legislativo, está participando do desenvolvimen-



1 to de um projeto. Inicialmente, relatou que está sendo dotado um escritório pré-existente em Brasília,
2 preparando-o para prestar serviços não somente ao Ministério Público mineiro, mas também ao CNPG. In-
3 formou, ademais, que foram feitas três reuniões em Brasília, duas delas juntamente com todas as associa-
4 ções representantes da classe ministerial brasileira; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Mi-
5 litar; Procuradoria da República; Conamp; o CNPG, representado pelo Procurador-Geral do Mato Grosso,
6 Marcelo Ferra; e o próprio Doutor Mauro, acompanhando e representando essa Comissão. Esclareceu
7 que, nas duas reuniões realizadas em Brasília pelo Comitê Gestor de Acompanhamento Legislativo, foram
8 identificados aqueles temas mais relevantes, os quais afetam diretamente o Ministério Público brasileiro,
9 a exemplo da PEC 37, da constituição dos Fundos de Previdência dos Servidores Públicos e algumas leis
10 esparsas. Ressaltou a crise enfrentada pelo Congresso Nacional, no sentido de que os projetos de lei não
11 têm apresentado o andamento adequado, exceto os que são de interesse do governo, como a Lei Geral da
12 Copa, aprovada com a rejeição dos destaques das emendas para a proibição da venda de bebida alcoólica,
13 ficando o texto de acordo com o interesse do Governo. Discorreu, ainda, sobre a criação dos Fundos de
14 Previdência Complementar do Servidor Público, esclarecendo que o Ministério Público não está em ne-
15 nhum dos fundos, o que o relator da matéria diz é que é interpretativo, ou seja, no art. 19 do projeto de
16 lei consta a regra de que os fundos podem admitir novos parceiros contribuintes e novos planos, e que
17 depende da admissão do Supremo Tribunal Federal e do CNJ. Então, baseado nesse artigo, eles estão con-
18 siderando que é possível o Ministério Público vir a integrar o Fundo do Judiciário, criado para o Judiciário.
19 Salientou que, embora a lei trate da questão federal, por simetria, os estados irão copiar, talvez sendo esta
20 a oportunidade de corrigir algumas das distorções. No tocante ao tema da investigação criminal exclusiva
21 pela Polícia Civil, destacou que o Governo é contra a proposta, havendo mesmo uma declaração expressa
22 do Secretário Nacional de Reforma do Judiciário e do próprio Ministro da Justiça segundo a qual, caso a
23 matéria passasse na Câmara dos Deputados, a base aliada trabalharia no Senado contra a aprovação. Ou-
24 tra matéria diz respeito à possibilidade de realização de transação, pela Polícia Civil, nos crimes de menor
25 potencial ofensivo. Em face da possível aprovação da matéria, e considerando-se sua inconstitucionalida-
26 de, foram distribuídas notas técnicas para todos os parlamentares, para que a proposta não seja aprova-
27 da. Doutor Mauro ainda relatou a existência de duas PECs que tramitam, que dizem respeito ao CNJ e ao
28 CNMP. Uma delas que reforça muito a atribuição dos dois Conselhos, ampliando o seu rol de competênci-
29 as e atribuições. Ressaltou que uma preocupação muito grande, numa dessas PECs apresentadas, diz res-
30 peito à quebra da vitaliciedade, ou seja, a possibilidade de os Conselhos procederem à demissão pelo pro-
31 cedimento administrativo. Esclareceu que isso está sendo estudado e analisado, já tendo sido procurados
32 os gabinetes dos parlamentares que estão tratando da matéria em suas Comissões. Em seguida, abordou
33 novamente o Projeto “Conexão”, que é o acompanhamento legislativo que o Ministério Público de Minas
34 Gerais realiza em Brasília. Esclareceu que esse trabalho será colocado à disposição de todos os Procurado-
35 res-Gerais de Justiça, através do *link* no site do CNPG. Doutor Mauro fez uma breve descrição do escritório
36 em Brasília, voltado, exclusivamente, para o acompanhamento legislativo e o acompanhamento dos Tribu-
37 nais Superiores em Brasília. Também, apresentou o CD do Acompanhamento na Capital Federal, em que
38 estão gravadas 735 proposições legislativas, divididas pela natureza da proposta legislativa; pela natureza
39 da matéria; e por ordem cronológica de apresentação dessas matérias. Informou a criação de algumas fer-
40 ramentas para facilitar o trabalho de atualização, a saber, Facebook, Twitter e um *blog*. Esclareceu que
41 uma servidora estará alimentando o Twitter o dia todo, de dentro do Congresso Nacional. O *blog* trará
42 uma matéria mais descritiva, uma vez que o Twitter é só a chamada. O Facebook, por sua vez, terá todas
43 as matérias e *links* relacionados ao acompanhamento legislativo e de matérias em tramitação nos Tribu-
44 nais Superiores, atualizados diariamente. Outra ferramenta, ainda em modo experimental, continuou



1 Doutor Mauro, é a possibilidade de receber no celular um SMS, instantaneamente, acerca de alguma vo-
2 tação no Congresso. Por fim, fez menção à *newsletter*, como mais um instrumento de divulgação. Reite-
3 rou que o escritório em Brasília estará à disposição do CNPG, bem como de todos os membros do Ministé-
4 rio Público brasileiro, para acompanhar qualquer tipo de demanda, lançando o convite para conhecer o
5 referido local, a partir do final do mês de abril, quando terminará a reforma do espaço. Ao final, Doutor
6 Mauro agradeceu a oportunidade concedida pelo Doutor Alceu, de poder participar da Reunião do Colegi-
7 ado. Retomando a palavra, Doutor Zardini agradeceu ao Doutor Mauro Flávio, e destacou, em atenção ao
8 item 2 da pauta (Plano Estratégico de Acompanhamento Parlamentar e Indicação dos respectivos Assesso-
9 res Parlamentares de cada *Parquet*) que foi expedido um ofício, pela Presidência do CNPG, para que to-
10 dos os Estados fizessem a indicação dos respectivos assessores parlamentares, com vistas a criar uma mo-
11 dalidade de rede e, com isso, interagir de uma forma mais eficiente com relação a esse acompanhamento
12 legislativo em todo o país, naturalmente, fazendo a ligação com Minas Gerais, que coordena os trabalhos
13 atualmente. Doutor Zardini deixou registrados os parabéns e reconhecimento pela qualidade do material
14 disponibilizado. Doutor Mauro agradeceu os cumprimentos, e acrescentou que o atual trabalho está utili-
15 zando o que já existia, o Comitê Gestor de Acompanhamento Legislativo, criado por Doutor Jarbas, e que
16 reúne todas as entidades de classe. Mencionou, ademais, a visita realizada ao Procurador-Geral de Repú-
17 blica e ao Ministro Carlos Ayres de Britto, este último já tendo declarado que retomará o diálogo a respei-
18 to dos subsídios, da fixação do subsídio, das ATs e todas aquelas matérias que interessam, efetivamente,
19 à classe, em termos de remuneração e vantagens. Relatou, ainda, o desenvolvimento de outras estratégi-
20 as, como a visita às lideranças e aos presidentes das Comissões parlamentares, as quais foram montadas
21 no início do ano legislativo. Reafirmou ser de suma importância que os Procuradores-Gerais indiquem o
22 representante estadual no acompanhamento legislativo, visando a facilitar o contato do Comitê com os
23 parlamentares de cada estado. Doutor Zardini reiterou o pedido de indicação dos representantes. Na se-
24 quência, Doutor Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul cumprimentou
25 a todos os presentes, solicitando a retirada de pauta do item 3 (PEC 37 – Tramitação e Perspectivas), uma
26 vez que já havia sido abordado pelo Doutor Mauro. Em seguida, Doutor Gilberto Martins, Conselheiro do
27 CNJ, cumprimentou a todos os Procuradores-Gerais e aos representantes do CNMP presentes. O Conse-
28 lheiro externou sua opinião, quanto ao tema da vitaliciedade, questionando se os Conselhos Nacionais
29 (CNJ e CNMP), em face de sua estrutura, não constituiriam o meio apropriado de assegurar a independên-
30 cia e um julgamento imparcial sobre a conduta dos membros, já que, para o Conselheiro, no atual siste-
31 ma, a perda de cargo raramente é levada a efeito pelos Estados. Doutor Jarbas Soares Júnior, Conselheiro
32 do CNMP, saudou a todos, desejando boas-vindas também aos demais Conselheiros do CNMP. Doutor Jar-
33 bas ressaltou que a posição histórica do Ministério Público é frontalmente contrária à proposta oriunda da
34 PEC, haja vista ser a vitaliciedade um princípio institucional para garantir a atuação ministerial. Destacou
35 que o tema já foi exaustivamente debatido no Comitê Gestor do CNPG, nas composições anteriores, de
36 forma que foi decidido, até então, que essa PEC fragiliza a instituição do Ministério Público. Doutor Mauro
37 Flávio esposou o entendimento externado por Doutor Jarbas, salientando que assim como o Tribunal do
38 Júri julga os seus pares, as Corregedorias estaduais e os órgãos da administração superior têm o dever de
39 bem agir e julgar os seus membros. Doutor Zardini pontuou que, com base no que já fora decidido pelo
40 Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, os representantes nos respectivos Conselhos já receberam
41 uma orientação da forma como proceder, no que diz respeito a essa matéria. Salientou, ademais, que o
42 Ministério Público, na condição de instituição una e indivisível, deve caminhar com uma orientação única,
43 fruto de debates extensos e aprofundados estabelecidos no Colegiado. Em seguida, Doutor Zardini anun-
44 ciou a chegada do Doutor Alceu Marques, PGJ anfitrião, acompanhado do ministro Gilberto Carvalho,



1 dando-lhes boas-vindas e agradecendo a presença. Doutor Alceu, assumindo a condução dos trabalhos,
2 saudou a todos os presentes, especialmente aos Senhores Conselheiros e ao Ministro Gilberto Carvalho.
3 Informou que o estado de Minas Gerais, já algum tempo, através da Coordenadoria de Inclusão e Mobili-
4 zação Sociais, firmou uma parceria com a União, criando um Centro Nacional de Defesa dos Direitos Hu-
5 manos (CNDDH), com atuação na área dos direitos humanos, mas, principalmente, voltado para os mora-
6 dores de rua e os catadores de material reciclável. Foi concedida a palavra ao Doutor Paulo César, Promo-
7 tor de Justiça do MP/MG, coordenador da Coordenadoria de Inclusão e Mobilizações Sociais (Cimos), que
8 possui a atribuição de gerenciar e de administrar a atuação nessa matéria em Minas Gerais. Doutor Paulo
9 César cumprimentou a todos. Inicialmente, apresentou seus agradecimentos aos Procuradores-Gerais,
10 pela possibilidade e a abertura desse espaço tão qualificado, permitindo apresentar uma problemática
11 que aflige a todos, que é a questão da violação dos direitos de populações em situação de rua, tão acentu-
12 ado, nos últimos tempos, em todo o Brasil. Ressaltou que uma das principais formas de exclusão é a exclu-
13 são da linguagem e que a Cimos preenche o papel de dialogar com os movimentos sociais, atuando de
14 forma diferenciada, buscando resultados através da atuação do Ministério Público resolutivo, mas agindo,
15 inclusive, de forma preventiva, especialmente. Doutor Paulo César relatou que a Procuradoria-Geral de
16 Minas Gerais, em conjunto com a Corregedoria-Geral do MP/MG regulamentou os Procedimentos para
17 Implementação e Promoção de Projetos Sociais (PROPS), presentes em 72 municípios, envolvendo apoio à
18 coleta seletiva e às associações de catadores de produtos recicláveis. Mencionou a assinatura do convê-
19 nio, em janeiro de 2012, entre a Procuradoria-Geral e a Secretaria da Presidência da República para criar,
20 em Minas Gerais, o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos das Pessoas em Situação de Rua. Es-
21 clareceu que se busca a descentralização desse Centro, a partir de implementação de núcleos, especial-
22 mente em sete entes da Federação – São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Ceará, Paraná, Santa Cata-
23 rina e em Minas Gerais. Relatou que, com base nos recursos oriundos da Secretaria da Presidência, num
24 convênio com Ministério Público, estão sendo capacitados 31 técnicos, em parceria com a CNBB e com a
25 Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em Belo Horizonte. Informou que está iniciando a nucleação
26 para os todos os estados do Brasil, iniciando pelos sete mencionados. Por fim, defendeu ser o Ministério
27 Público fundamental para o desenvolvimento do Brasil, contribuindo para a formação dos crescentes la-
28 ços de solidariedade, de fraternidade, principalmente, dessa população em situação de risco. Em seguida,
29 foi exibido um filme, demonstrando o trabalho social desenvolvido. Em continuação, Doutor Alceu Mar-
30 ques concedeu a palavra ao Ministro Gilberto Carvalho, o qual, inicialmente, agradeceu o convite e solici-
31 tou cópia do vídeo anteriormente exposto, manifestando o desejo de levar uma cópia, para apresentar à
32 Presidenta Dilma e ao Presidente Lula. Em sua fala, ressaltou que o Brasil está inserido em um contexto
33 democrático ainda parcial, ainda imperfeito, que carece de ser ampliado, do ponto de vista social e, sobre-
34 tudo, do acesso aos bens materiais, embora seja uma democracia que permite, hoje, viver em um país
35 com muita liberdade de expressão, liberdade de ir e vir, e uma liberdade de afirmação dos movimentos
36 sociais, de todas as formas de cidadania. Destacou, também, a retomada do crescimento econômico no
37 país, bem como o crescimento da distribuição de renda, apontando o estabelecimento de marcos muito
38 importantes de um avanço civilizatório em nosso país, de um avanço de crescimento efetivo da nossa soci-
39 edade, ainda que restem enormes desafios, a exemplo do desafio da corrupção e o da violência, sobretu-
40 do a violência urbana, combinada com toda a questão das drogas. Conferiu especial ênfase, porém ao de-
41 safio ético, político, econômico, fundamental e humano, que é a existência constatada de mais de 16 mi-
42 lhões de brasileiros que vivem, ainda, abaixo da miséria. Por fim, exprimiu um apelo aos Procuradores-Ge-
43 rais para que adotem como referência a prática do MP/MG. Disse contar com o engajamento do Ministé-
44 rio Público para a intensificação das mudanças em direção a um país mais justo. Retomando a palavra,



1 Doutor Zardini oportunizou as manifestações do Colegiado. Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Pro-
2 curador-Geral de Justiça do Paraná, registrou sua satisfação com o discurso do Ministro Gilberto Carvalho,
3 apontando que o grande desafio do Ministério Público do terceiro milênio é exatamente esse, de aproxi-
4 mar as promessas de cidadania já contempladas no nosso ordenamento jurídico, aproximar da vida cotidi-
5 ana de milhões de brasileiros que se encontram ainda, infelizmente, em condições indignas. Ressaltou
6 que encontrar o Ministro nessa reunião foi uma extraordinária surpresa, positiva, favorável. Em seguida,
7 fez uso da palavra a Conselheira do CNMP, Cláudia Chagas, a qual cumprimentou todos os Procuradores-
8 Gerais, o Ministro Gilberto Carvalho, os membros, servidores e agradeceu o convite para participar da
9 reunião. A Conselheira ressaltou a importância do diálogo, da parceria e da interação não só entre as insti-
10 tuições, mas entre as instituições e a sociedade. Salientou que o Ministério Público pode fazer parcerias,
11 pode dialogar, sem perder sua autonomia, sem perder sua independência, ao adotar uma atitude de par-
12 ceiro da sociedade, não de tutor, não de estar acima, mas de estar ao lado, de quem tem os instrumentos
13 para garantir os direitos. Afirmou que o projeto de direitos humanos, demonstrado pelo Ministério Públi-
14 co de Minas Gerais, merece todo o aplauso. Dirigiu-se ao Ministro, esclarecendo estar trabalhando em um
15 planejamento nacional, uma construção a muitas mãos, um trabalho em torno de alguns temas muito ca-
16 ros à sociedade, importantes para todos, construindo e respeitando as autonomias dos estados, dos ra-
17 mos do MPU, mas procurando, pelo Conselho Nacional, ter a coordenação de alguns trabalhos de âmbito
18 nacional. Ressaltou que o planejamento nacional priorizou questões da infância e da juventude, questões
19 ligadas à saúde, a educação, acessibilidade, e opinou no sentido de que o Ministério Público tem muito a
20 contribuir com toda a sociedade, mas tem muito mais a contribuir com a população de baixa renda, com a
21 população que está ainda na miséria, porque são esses quem mais precisam do Ministério Público para a
22 defesa dos seus direitos. Por fim, parabenizou a iniciativa do MP/MG. Em seguida, o Conselheiro Jarbas
23 Soares Júnior saudou o Ministro Gilberto Carvalho e concordou com o afirmado pela Conselheira Cláudia,
24 e sugeriu ao Ministro que pudesse fazer uma visita ao CNMP, para dialogar um pouco sobre o tema com
25 todos os Conselheiros numa reunião, se possível, em Brasília. Na sequência, Doutor Alceu cumprimentou
26 mais uma vez a pessoa do convidado, destacando o seu empenho, o seu trabalho, a sua dedicação, sem-
27 pre dando um viés social nas suas atitudes, nas suas atividades políticas e administrativas. Em nome do
28 povo de Minas Gerais, dos membros do Ministério Público de Minas Gerais, daqueles, sobretudo, que atu-
29 am nessa área de defesa dos direitos humanos, agradeceu ao Ministro por sua história política. Doutor Al-
30 ceu ainda fez outro registro, relativo ao apoio encontrado no CNMP para a continuidade dos projetos do
31 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento, salientando, enquanto procurador-geral de Justiça, a sua confiança
32 e tranquilidade no relevante papel exercido pelo CNMP, nas questões de Minas Gerais a ele submetidas.
33 Após, Doutor Eduardo de Lima Veiga colocou o GNDH à disposição do Ministro, ressaltando que o aludido
34 grupo possui várias comissões que atuam permanentemente em determinadas áreas, eleitas pelos cole-
35 gas como prioridade, considerando a alta capilaridade do Ministério Público. Em continuação, o Ministro
36 Gilberto Carvalho agradeceu as manifestações, e afirmou sua intenção de levar à Presidenta Dilma a su-
37 gestão apresentada pelo Doutor Eduardo Veiga. Ressaltou que, de fato, a capilaridade do Ministério Públi-
38 co e essa firmeza na luta pela cidadania é de fundamental importância para o país. Por fim, fez um regis-
39 tro de homenagem, relativo a um ano da passagem do vice-presidente José Alencar. Dando continuidade
40 aos trabalhos, Doutor Zardini registrou a presença do Doutor Adailton Nascimento, do MPF de Minas Ge-
41 rais. Em seguida, atendendo ao item 4 da pauta (Mesa de Diálogos com o CNMP), Doutor Jarbas Soares
42 apresentou as justificativas de ausência dos Conselheiros Almino Affonso, Alessandro Tramujas, Fabiano
43 Silveira e do Conselheiro Luiz Moreira, este último visitando os senadores, objetivando a aprovação, do
44 seu nome, no Senado da República. Na qualidade de mineiro, desejou a todos uma excelente estada du-



1 rante os dias de reunião. Em seguida, fez uso da palavra o Corregedor do CNMP, Doutor Jefferson Coelho,
2 o qual abordou o tema da Justiça Plena. Esclareceu que Justiça Plena é um programa instituído pelo Con-
3 selho Nacional de Justiça e que o CNMP encontra-se na fase de inclusão dos processos que possam assim
4 receber a indicação dos Procuradores-Gerais. Nesse sentido, solicitou um empenho no sentido de que se
5 atendesse a essa solicitação do Conselho Nacional de Justiça. Colocando-se à disposição de todos, exter-
6 nou os agradecimentos ao Conselheiro do CNJ Gilberto Martins, pelo auxílio no diálogo com o Conselho
7 Nacional de Justiça e em outros projetos estão sendo aí trabalhados. Em seguida, em atenção ao item 5
8 da pauta (Resolução Conjunta CNMP/CNJ Nº 2, de 21 de junho de 2011, que institui os Cadastros Na-
9 cionais de informações de Ações Coletivas, Inquéritos e Termos de Ajustamento de Conduta), concedeu-
10 se a palavra à Doutora Cláudia Chagas, a qual cumprimentou especialmente ao Conselheiro Gilberto Mar-
11 tins, e parabenizou o trabalho de acompanhamento legislativo do Ministério Público de Minas Gerais, na
12 pessoa do Doutor Mauro, assim como o trabalho que o CNPG vem fazendo como um todo, expressando
13 todo o interesse do CNMP em manter essa parceria no acompanhamento legislativo. Esclareceu que a Re-
14 solução, a qual institui os cadastros nacionais de informações e de ações coletivas, inquéritos e termos de
15 ajustamento de conduta e dá outras providências, foi publicada em 21 de junho de 2011, e que, em virtu-
16 de do excesso de projetos e de alguns problemas estruturais, só agora os Conselhos começaram a traba-
17 lhar na implementação. Destacou que esse Cadastro Nacional tem uma grande importância, por fazer par-
18 te de um processo de valorização das ações coletivas, da atuação extrajudicial. É um projeto que trabalha
19 pela publicidade e pela transparência, enfim, valorizando todos esses princípios e também a necessidade
20 de intercâmbio de informações não só entre os membros do Ministério Público, entre os membros do Ju-
21 diciário, entre as duas instituições, e um espaço para que a sociedade tenha plena noção, plena consciên-
22 cia do que está sendo feito, no Ministério Público, no que se refere à defesa dos direitos difusos e dos di-
23 reitos coletivos. Esclareceu que a Resolução exige a instituição de um comitê gestor, o qual, no Conselho
24 Nacional do Ministério Público, já foi instituído, sendo presidido pelo Doutor Fábio Matos, Promotor de
25 Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Nesse contexto, externou publica-
26 mente os agradecimentos à Doutora Eunice Carvalhido, Procuradora-Geral do MPDFT, pela colaboração
27 que os membros do MP/DFT têm oferecido ao Conselho Nacional. Em continuação, Doutora Cláudia expli-
28 cou o questionário distribuído entre os presentes, bastante simples, solicitando a resposta das quatro per-
29 guntas com a maior brevidade possível, para que, nessa primeira análise, seja possível selecionar algumas
30 unidades que já possuem sistemas prontos, para iniciar um projeto piloto. A ideia, segundo a Conselheira,
31 é de fazer um pequeno projeto piloto, fazer a tentativa, já, de interoperabilidade com o CNJ. Em seguida,
32 fez uso da palavra o Doutor Fábio Barros de Matos, o qual cumprimentou a todos e explicou que o comitê
33 já fez algumas tratativas, também, com o CNJ, e que, em breve, esse projeto poderá ser utilizado por to-
34 dos os Ministérios Públicos e, inclusive, pela sociedade. Esclareceu que a Resolução conjunta fixa as atri-
35 buições, a forma de coleta desses dados, que serão fornecidos por todos os Ministérios Públicos e tam-
36 bém pelo Poder Judiciário, de forma automatizada. Expôs os objetivos do instrumento normativo, dentre
37 os quais, otimizar o processamento das ações coletivas, inquéritos civis e termos de ajustamento de con-
38 duta, divulgar informações para a sociedade e para os órgãos de proteção de defesa dos direitos difusos e
39 coletivos. Segundo o promotor, esse talvez seja o ponto fundamental da norma, conferir efetiva transpa-
40 rência a todo trabalho que é realizado pelo Ministério Público, do qual, muitas vezes, a sociedade não
41 toma conhecimento. Explicou que, com o desenvolvimento dos trabalhos do Comitê, descobriu-se que o
42 Ministério Público Federal já dispõe de uma ferramenta e já criou esse sistema de busca, batizado como
43 Aptus, em pleno funcionamento. A partir desse modelo, está-se tentando desenvolver essa ferramenta no
44 CNMP. Retomando a palavra, Doutora Cláudia ponderou que aquele Ministério Público que já conseguiu



1 utilizar plenamente as tabelas vai ter muito mais facilidade nesse sistema, e que a ideia não é criar mais
2 um encargo, de preencher mais um formulário, de encaminhar para o CNMP, mas criar uma ferramenta
3 que possa buscar no sistema de cada estado. Por fim, Doutora Cláudia opinou que seria muito interessan-
4 te conversar sobre os projetos do Grupo Nacional de Direitos Humanos e trazer para o planejamento naci-
5 onal o que já esteja legitimado, que já tenha o apoio do CNPG. Após, fazendo uso da palavra, Doutor Gil-
6 berto Martins ressaltou que o acesso ao sistema será público, o cidadão que quiser obter alguma informa-
7 ção, nessas bases de dados, vai poder consultar não só as ações ajuizadas, mas os inquéritos civis públicos
8 que deram origem àquelas ações. O Conselheiro noticiou, ademais, que, com a autorização do futuro pre-
9 sidente do CNJ, o ministro Ayres Brito, está sendo montado um grande evento, em parceria com o Conse-
10 lho Nacional do Ministério Público, alusivo aos 20 anos da Lei de Improbidade Administrativa que comple-
11 ta no dia 02 de junho. O evento, possivelmente, vai transcorrer no dia 30 e dia 1º de junho. O propósito é
12 traçar um diagnóstico de todas as ações de improbidade administrativa que estão tramitando no Brasil, no
13 Poder Judiciário, e as ações de competência originária por foro por prerrogativa de função, de crimes con-
14 tra a administração pública e de lavagem de dinheiro. Por fim, colocou-se à disposição de todos e agrade-
15 ceu o convite para participar da Reunião do CNPG. Na sequência, Doutor Olympio, Procurador-Geral do
16 Paraná, elogiou a iniciativa da Resolução, e sugeriu que o Ministério Público pudesse ter um cadastro dos
17 Termos de Ajustamento de Conduta. Doutora Cláudia informou que os Termos de Ajustamento de Condu-
18 ta já estão incluídos. Na sequência, Doutor Zardini passou a palavra para a Doutora Maria Esther, Conse-
19 lheira do CNMP, a qual cumprimentou todos os Procuradores-Gerais e os demais Conselheiros presentes,
20 ressaltando a importância da interação entre o CNPG e o CNMP, para o sucesso dos projetos e metas, in-
21 clusive, as metas da Enasp, da qual participa. Ratificou as palavras da Conselheira Cláudia, mormente no
22 tocante à importância do Cadastro e colocou-se à disposição para qualquer necessidade. Doutor Jarbas
23 noticiou a inauguração da nova sede do CNMP, convidando os Procuradores-Gerais para comparecerem à
24 primeira sessão no novo espaço. Doutor Zardini agradeceu a participação dos Conselheiros e convidou a
25 todos os presentes para a posse da nova Coordenação da Campanha “O que você tem a ver com a corrup-
26 ção?”, dando por encerrados os trabalhos do turno da manhã. Após o intervalo do almoço, retomados os
27 trabalhos, o Presidente do CNPG, Doutor Cláudio Soares Lopes, cumprimentou os Procuradores-Gerais, e
28 fez uma saudação especial ao Corregedor Nacional, o Dr. Jeferson; ao Dr. Jarbas, do Conselho Nacional do
29 Ministério Público, à nobre assistência; ao Conselheiro do CNJ. Antes de dar prosseguimento à pauta,
30 Doutor Cláudio fez menção a uma audiência com o Ministro Carlos Ayres Brito, convidando a todos que
31 pudessem comparecer, ficando a data definitiva a ser informada posteriormente. Em seguida, em atenção
32 ao item 8 da pauta (Livro do CNPG), Doutor Cláudio informou que o lançamento do livro será feito por
33 ocasião do Congresso Internacional e que a Fundação Getúlio Vargas aceitou patrocinar a edição. Noticiou
34 também acerca do cronograma para elaboração dos artigos, em face da necessidade de avaliação pela co-
35 missão editorial. Doutor Cláudio informou, ainda, que esteve na ONU, participando de reunião no âmbito
36 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e que haverá um Congresso entre os dias 17 a 20
37 de junho, no Rio de Janeiro, sobre governança, leis, justiça, para discutir aspectos jurídicos, legais, de meio
38 ambiente, paralelo à Rio+ 20, mas que vai ser realizado na mesma ocasião. Doutor Cláudio solicitou que
39 os interessados se manifestassem, para ter uma ideia do quantitativo de pessoas que comparecerão ao
40 evento. Doutora Patrícia de Amorim Rêgo, Procuradora-Geral de Justiça do Acre, cumprimentou a todos, e
41 apresentou requerimento de criação de um Grupo Nacional do Meio Ambiente, a exemplo das experiênci-
42 as exitosas do GNDH, do GNCOC. Doutor Manoel Onofre de Sousa Neto, Procurador-Geral de Justiça do
43 Rio Grande do Norte, cumprimentou a todos e, em resposta à proposta de Doutora Patrícia, ponderou
44 acerca da importância de amadurecer uma proposta que contemple, eventualmente, o grupo de forma

1 regionalizada, mas que tenha um aspecto nacional, porque a dificuldade que se pensou em outra época,
2 quando foi feita a proposição no Colegiado, era que esta comissão teria problema de ser a comissão nos
3 moldes das demais, em face das especificidades locais, o que não acontece na lavagem de dinheiro, por
4 exemplo. Doutor Cláudio sugeriu distribuir o tema para um Relator e, na próxima reunião, no Espírito San-
5 to, discutir concretamente. Doutora Patrícia assumiu a relatoria para a próxima reunião do CNPG. Doutor
6 Olympio antecipou os votos do Paraná, no sentido da instituição do grupo. Dando continuidade aos traba-
7 lhos, o Presidente do CNPG relatou que, em conversa com Doutor Roberto Gurgel, externou para ele que
8 o Colegiado sentia a falta da presença mais específica do Ministério Público Federal; sabia que talvez ti-
9 vesse dificuldade, mas que ele poderia mandar alguém, e ele ficou realmente sensível à ideia. Doutor
10 Cláudio esclareceu que também convidou o PGR para participar do livro, com algum tema de relevante in-
11 teresse institucional, além de haver discutido sobre a questão do subsídio. Na sequência, Doutor Eduardo
12 Veiga, sugeriu que os Estados manifestassem apoio à recondução do Conselheiro Luiz Moreira. Em segui-
13 da, em atenção ao item 4.1 da pauta, Doutor Veiga passou a tratar do tema, em substituição ao Conselhei-
14 ro Luiz Moreira, impossibilitado de vir à Reunião, em face dos compromissos referentes a sua recondução
15 ao CNMP. Doutor Veiga mencionou a Resolução 81, de 31 de janeiro de 2012, do CNMP, que dispõe sobre
16 a criação da comissão temporária de acessibilidade, adequação dos edifícios, ações e serviços do Ministé-
17 rio Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade, e dá outras providências. Informou que,
18 no âmbito do GNDH, na Comissão Permanente da Pessoa com Deficiência e do Idoso, foi feito um roteiro
19 básico para avaliação da acessibilidade nas edificações do Ministério Público. Doutor Veiga sugeriu a apro-
20 vação como um documento básico do GNDH e do CNPG, como sugestão à comissão que está tratando do
21 assunto no Conselho Nacional do Ministério Público. Na oportunidade, Doutor Manoel Onofre expressou
22 seu entusiasmo em relação ao tema, já que, segundo seu entendimento, trata-se de uma proposta con-
23 creta de implementação de algo imperativo para o Ministério Público, que deve dar exemplo de observân-
24 cia das regras pertinentes. Em continuação, foi concedida a palavra à Doutora Ana Carolina Coutinho Ra-
25 malho Cavalcanti, Promotora de Justiça do MP/PB e coordenadora da Comissão de Acessibilidade do
26 CNMP, a qual cumprimentou os presentes, e esclareceu que a Resolução não veio inovar, apenas está tra-
27 zendo tudo que a legislação existente já prevê, e que é exigido dos demais órgãos públicos, mas que o MP
28 às vezes não cumpre. Com o propósito de “fazer o dever de casa”, o Conselheiro Luiz Moreira levou ao
29 Conselho Nacional a proposta de criação da Comissão de Acessibilidade. Doutora Carolina esclareceu que
30 a Resolução nº 81/2012 regulamenta a legislação que trata da matéria, então não traz nada de novo, mas
31 ela destrincha detalhadamente, dentro de uma única resolução, tudo que diz respeito à acessibilidade, o
32 tratamento prioritário, a acessibilidade ao concurso público, a acessibilidade arquitetônica, a informação,
33 a comunicação, e a única inovação que ela traz é a fixação de prazo, porque os prazos da lei já foram expi-
34 rados, então foram fixados novos prazos para serem cumpridos. Ressaltou que na reunião do Grupo Naci-
35 onal de Direitos Humanos, ocorrida no Rio de Janeiro, na Comissão de Acessibilidade, foi aprovado um ro-
36 teiro de acessibilidade, roteiro este que deve ser seguido por todo Estado, em caso de aprovação pelo Co-
37 legiado do CNPG, e que vai ser adotado pelo Conselho Nacional do Ministério Público como parâmetro de
38 acessibilidade. Salientou que o texto da Comissão do GNDH foi inteiramente baseado nas normas técnicas
39 e esclareceu, em nome do Conselheiro Luiz Moreira, que a intenção da comissão é agir e seguir em parce-
40 ria com os Procuradores-Gerais, não só no cumprimento da fiscalização e da orientação da Resolução, mas
41 também com projetos futuros, de atuação funcional, a serem aderidos pelos membros do Ministério Pú-
42 blico na área da acessibilidade, acessibilidade plena dentro do Ministério Público e também na sociedade.
43 Em seguida, Doutora Carolina passou a palavra para Doutora Rebecca Monte Nunes Bezerra, Promotora
44 de Justiça do MP/RN e Coordenadora da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso, a

1 qual cumprimentou a todos os presentes, e passou a tratar do roteiro de verificação, ressaltando que o
2 *checklist* foi um trabalho elaborado a várias mãos, dele participando as equipes de arquitetura e de enge-
3 nharia dos Ministérios Públicos do Rio Grande do Norte, de Minas Gerais e do Distrito Federal. Esclareceu
4 que o material está todo pautado na ABNT, dentro daquilo que é efetivamente exigido, e que este traba-
5 lho foi construído por praticamente 20 representantes de Ministérios Públicos estaduais e do Trabalho.
6 Salientou ser esta uma grande oportunidade de aproximação do Ministério Público da sociedade. Ao final,
7 agradeceu a oportunidade franqueada. Em seguida o Procurador-Geral de Justiça da Paraíba, Doutor
8 Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, cumprimentou o anfitrião, Doutor Alceu, o Presidente e os demais parti-
9 cipantes e ressaltou que esse trabalho deve ser visto com seriedade e com muita atenção, podendo ser
10 aplicado, por exemplo, quando da construção de novos prédios pelo MP. Doutor Manoel Onofre relatou
11 que está assinando um Termo de Ajustamento de Conduta com um Promotor do MP/RN, na condição de
12 gestor público, em face de uma situação que não está regularizada, embora ele necessariamente não te-
13 nha dado causa a essa irregularidade. Doutor Benedito Torres Neto, Procurador-Geral de Goiás manifes-
14 tou concordância com a adequação às novas regras, alegando, inclusive que o MP/GO já está cumprindo
15 todas as normas nas sedes que estão sendo construídas. Contudo, o referido Procurador-Geral demons-
16 trou preocupação com os prédios antigos, para o que haveria a necessidade de um prazo maior, em virtu-
17 de de questões orçamentárias. Doutora Ana Carolina interveio, para informar que há previsão na Resolu-
18 ção, art. 6, § 1º, que estabelece: “No caso das edificações já existentes, terão elas o prazo máximo de 24
19 meses, a contar da data da publicação desta resolução, para garantir a acessibilidade às pessoas com defi-
20 ciência e mobilidade reduzida, devendo se adaptar, por trimestre, o percentual mínimo de 12,5% do total
21 dos prédios pertencentes à instituição”. O § 2º estabelece que “O Ministério Público não que não dispuser
22 de dotação orçamentária suficiente para realizar as obras mencionadas no parágrafo anterior deve infor-
23 mar este fato, por escrito, à Comissão Temporária de Acessibilidade, no prazo de um mês a partir da publi-
24 cação desta resolução, incluindo no orçamento do ano seguinte verba necessária ao custeio das adapta-
25 ções”. A promotora afirmou, então, que a análise da comissão será feito caso a caso. Doutora Rebecca,
26 por seu turno, no que concerne aos prédios já existentes, salientou a importância de capacitar efetiva-
27 mente os arquitetos, para que adotem a solução mais barata possível e, diante de uma inviabilidade téc-
28 nica, a norma traz a adoção de uma rota acessível, que é uma alternativa para aquelas edificações que
29 não têm viabilidade técnica. Informou, ademais, que está prevista, no CNMP, no mês de maio, uma capa-
30 citação técnica com vistas à uniformização. Doutor Zardini relatou que foi instalada uma Comissão de
31 Acessibilidade no MP/ES, e que também tem se deparado com dificuldades quanto a prédios históricos, o
32 que pode até gerar a necessidade de mudança da promotoria de certo imóvel. Doutor Eduardo Veiga cha-
33 mou a atenção para as duas discussões que estavam sendo travadas: a primeira, relativa à Resolução do
34 Conselho, e que a decisão já está tomada pelo CNMP; a outra, submetida à apreciação do Colegiado do
35 CNPG, que é o roteiro básico para avaliação. Doutor Veiga argumentou que, até para que se possa fazer al-
36 guma ponderação, junto ao Conselho Nacional, do que é exequível, o que não é exequível, o custo exage-
37 rado, é preciso saber exatamente como está o patrimônio do MP de cada estado, e o roteiro fornece uma
38 radiografia da situação, estabelecendo parâmetros. Doutor Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral
39 de Justiça do Mato Grosso, por sua vez, aduziu que os casos concretos vão ter que ser apresentados, e a
40 comissão vai avaliar de acordo com o bom senso, assim como o membro do MP avalia quando faz esse
41 tipo de cobrança junto a outros gestores públicos. A proposta do roteiro foi aprovada à unanimidade.
42 Doutor Manoel Onofre propôs voto de elogio ao trabalho desenvolvido pelos membros da Comissão, o
43 que foi aprovado por aclamação. Dando continuidade aos trabalhos, Doutor Cláudio concedeu a palavra
44 ao Doutor Oswaldo, para abordar o disposto no item 11 da pauta (Instalação do Link do GNCOE E apre-



1 sentação do Diagnóstico Nacional). Com a palavra, Doutor Oswaldo informou acerca da realização de reu-
2 nião de trabalho em Belo Horizonte, onde se buscou o alinhamento estratégico do GNCOC. Apresentou
3 também agradecimento ao Procurador-Geral de Justiça de Rondônia, Doutor Héverton Alves de Aguiar
4 pelo novo portal do CNPG e esclareceu que entregará aos Procuradores-Gerais do Estado da Bahia, do Es-
5 tado de Sergipe, do Estado de Alagoas e do Estado de Pernambuco questionário para que, com 30 dias de
6 antecedência, eles possam repassar para os seus coordenadores de GAECO, os quais, em 20 ou 30 dias,
7 receberão visita do Grupo. O Procurador-Geral apresentou as mudanças na área do site do CNPG destina-
8 da ao GNCOC, informando que os Estados poderão inserir notícias na área do Grupo, a agenda, com os
9 eventos da reunião ordinária, reunião do ENCCLA, dentre outros. Cada Procurador-Geral receberá seu lo-
10 gin e senha para ter acesso, bem como os componentes do GNCOC de cada Estado. Demonstrou que a
11 avaliação estratégica feita na Região Sul já está toda inserida no site. Doutor Oswaldo informou que o
12 questionário está baseado nos formulários de avaliação estrutural, equipamentos, informática, sistema de
13 interceptação de sinais, gráficos, dentre outros. O Presidente do GNCOC agradeceu o apoio da Presidência
14 do CNPG, bem como o de todos os Procuradores-Gerais, e salientou que é necessário fortalecer o grupo,
15 havendo ainda muito que avançar, uma vez que há estados sem nenhuma estrutura, ou quase nenhuma
16 estrutura de inteligência e investigação. Doutor Oswaldo defendeu a ideia de que é preciso investir na
17 imagem do GNCOC, enquanto instância do CNPG com a relevante função de combate ao crime organiza-
18 do. Retomando a palavra, Doutor Cláudio parabenizou Doutor Oswaldo, pela sua notável atuação à frente
19 do GNCOC, ao tempo em que cumprimentou o Conselheiro do CNMP Fabiano Silveira, dizendo-se honra-
20 do pela presença do Conselheiro na Reunião. Dando continuidade aos trabalhos, em atenção ao item 7 da
21 pauta (Plano Nacional de Comunicação), Doutor Cláudio informou que o site do CNPG continua tendo as
22 suas atualizações, inclusive diárias, com notícias dos grupos e do Colegiado. Nesse contexto, parabenizou
23 o Doutor Héverton pelo trabalho desenvolvido, em parceria com o Rio de Janeiro, para a atualização do
24 site. O item 22 da pauta (Proposta de Uniformização do Processo Eleitoral no Ministério Público), a pedido
25 de Doutor Zardini, foi retirado de pauta, e será objeto de discussão na próxima reunião do CNPG, no Espí-
26 rito Santo. Dando seguimento à pauta, passou-se ao item 9 da pauta (Atuação da Defensoria Pública em
27 Tutela Coletiva). Nesse momento, passou a fazer uso da palavra o Doutor Rodrigo Medina, Promotor de
28 Justiça do MP/RJ, o qual agradeceu à Presidência do CNPG por ter concedido o espaço na pauta para o
29 tema da 'Atribuição da Defensoria Pública e Legitimidade na Tutela Coletiva'. Esclareceu que, no tocante à
30 legitimidade da Defensoria Pública, na esteira de entendimento doutrinário expressivo, a atuação da De-
31 fensoria Pública na esfera coletiva, no ajuizamento da ação civil pública, deve ocorrer na hipótese de hi-
32 possuficiência econômica para o ajuizamento da ação civil pública. Contudo, acrescentou, na prática, em
33 diversas áreas de atuação do Ministério Público, a Defensoria Pública tem atuado de forma irrestrita na
34 questão da tutela coletiva, muitas vezes exercendo atribuições que foram conferidas, pelo legislador, ao
35 Ministério Público. O Promotor citou alguns exemplos de excesso de atuação, como: a expedição de reco-
36 mendações e celebrações de Termos de Ajustamento de Conduta em relação a qualquer tema de tutela
37 coletiva, sem a observância dessa questão da hipossuficiência econômica; instauração de procedimentos
38 que tenham a natureza de inquéritos civis, embora não tenham esse nome; e em um determinado Estado,
39 a existência até de um procedimento de natureza criminal em um núcleo da Defensoria, que atuava na
40 Infância, e que estava apurando conduta criminal de supostas violações e crimes praticados por agentes
41 sócio-educativos em unidades de internação, sem repassar essas informações ao Ministério Público; ajuiz-
42 zamento de ações civis públicas para tutela de interesses difusos e coletivos em casos variados, na ques-
43 tão de consumidor, danos ambientais, e lesão ao patrimônio público. Doutor Rodrigo, com base no relato
44 de exemplos práticos nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, destacou que a Defensoria, nessa atu-



1 ação de tutela coletiva, tem privilegiado o fortalecimento da atuação em tutela coletiva, em detrimento
2 da atuação individual, que é a missão constitucional, por excelência, da Defensoria. Ressaltou que essa
3 atuação, de certa maneira, tem prejudicado os membros do MP, em diversas áreas, ponderando que a ju-
4 dicialização precoce de algumas demandas dificultam todo o diálogo do Ministério Público, do Promotor
5 de Justiça com o gestor, nessa pactuação local, e ele acaba sendo surpreendido com o ajuizamento da
6 ação. Continuando a apresentação, Doutor Rodrigo Medina também discorreu um pouco acerca da tutela
7 individual, na área da Infância, de uma questão que está crescendo em todo o país. Trata-se de uma tese
8 da Defensoria na área da Infância, que começou no Rio de Janeiro, em 2009, mas já está sendo ampla-
9 mente aplicada em São Paulo e em Minas Gerais, relacionada à atuação do Curador Especial de criança e
10 adolescentes. Segundo a tese da Defensoria Pública, nas ações envolvendo crianças e adolescentes em
11 que o Ministério Público é a parte autora, tutelando o interesse de criança e adolescente, a exemplo de
12 uma ação para destituição do poder familiar, o Ministério Público, por ser o autor da ação, não pode de-
13 fender o interesse da criança também, não está atuando ali como parte, não está tutelando o interesse da
14 criança. Doutor Medina fez uma advertência, no sentido de que não estava tratando tão somente de um
15 tema pertinente a prerrogativas institucionais do Ministério Público, mas de violações de direitos de crian-
16 ças e adolescentes concretamente, em casos monitorados particularmente pelo MP/RJ. Em seguida, fez
17 uso da palavra a Doutora Andréa Carelli, Promotora de Justiça do MP/MG e Coordenadora da CAOPIJ-GN-
18 CH. A Promotora de Justiça cumprimentou a todos, e ressaltou que os problemas relatados pelo Doutor
19 Rodrigo Medina também têm ocorrido em Belo Horizonte, onde se pode perceber que em todas as ações
20 de afastamento do convívio familiar, ou nas ações de destituição do poder familiar, a Defensoria Pública
21 recorre, mesmo quando existem laudos psicossociais, atestando a impossibilidade do retorno, existe esse
22 procedimento de recorrer, o que atrasa muito a inscrição da criança no cadastro de adoção. Doutor Rodri-
23 go Medina ressaltou que veio expor o caso no Colegiado do CNPG, para que os Procuradores-Gerais tives-
24 sem ciência do que está acontecendo, principalmente na área da Infância, e solicitar a adoção de estraté-
25 gias junto ao CODERJ, junto aos Tribunais Superiores, também em relação ao julgamento da ação direta
26 de inconstitucionalidade contra a legitimidade da Defensoria Pública, e todas as medidas cabíveis para a
27 solução dessas questões. Após os agradecimentos do Promotor, Doutor Cláudio concedeu a palavra ao
28 Doutor Jarbas Soares Júnior, o qual apontou uma usurpação da função pública do Ministério Público pela
29 Defensoria Pública, ainda que esta possua de todos os Membros do *Parquet* o apreço institucional. Aduziu
30 que, da parte do CNMP, o pensamento é exatamente igual ao dos Promotores, e sustentou a possibilidade
31 de uma articulação nesse sentido. O Conselheiro ainda salientou que o STF, nos últimos dias, decidiu umas
32 seis ou sete ADIs em favor da Defensoria Pública, todas elas reconhecendo vários valores, independência,
33 autonomia. Destacou, ademais, que o fato de a Defensoria não possuir o instrumento do inquérito civil foi
34 fruto de uma ação do CNPG, no Ministério da Justiça, momento em que foi tirado o artigo da Lei. Por fim,
35 Doutor Jarbas sugeriu que os dois Promotores fossem colocados à disposição da Comissão de Autonomia
36 e Defesa das Prerrogativas do Ministério Público, do CNMP, para ajudar a fechar relatório, já em elabora-
37 ção, que visa a pontuar os casos de perda de autonomia tais como os relatados pelos Promotores. Doutor
38 Cláudio, na condição de Procurador-Geral do Rio de Janeiro, autorizou o Promotor de Justiça Rodrigo Me-
39 dina para ajudar na tarefa proposta. Após, Doutor Manoel Onofre, sugeriu que a Comissão de Acompa-
40 nhamento dos Processos nos Tribunais conferisse prioridade absoluta a estas ações e também que fosse
41 elaborado um plano de ação pelos Promotores de Justiça, a ser submetido ao Colegiado do CNPG. Dando
42 prosseguimento aos trabalhos, Doutor Cláudio sugeriu a aprovação de moção de pesar pelo falecimento
43 da mãe do Doutor Orlando Rochadel, Procurador-Geral de Justiça de Sergipe, o que foi aprovado à unani-
44 midade. O Presidente, considerando-se ser março o mês da mulher, também registrou o fato de a Doutora



1 Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de Justiça do Piauí ser a primeira mulher a exercer o cargo de Procu-
2 radora-Geral em seu estado, congratulando-a por esse feito de extrema importância. Em seguida, Doutor
3 Cláudio noticiou haver recebido solicitação do Conselheiro Luiz Moreira no sentido de, como muitos Pro-
4 curadores-Gerais já haverem se solidarizado com a sua recondução, o Colegiado expedisse um ofício à
5 Presidência do Senado e à Comissão de Constituição e Justiça, visando à indicação do seu nome. A pro-
6 posta foi aprovada à unanimidade. Na sequência, em atenção ao item 10 da pauta (Projeto: Ministério Pú-
7 blico Positivando o Desenvolvimento Humano do Maranhão), foi franqueada a oportunidade para Dou-
8 ra Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão, a qual cum-
9 primentou o Presidente do CNPJ, o PGJ anfitrião, Doutor Alceu Marques, os Senhores Conselheiros, e to-
10 dos os Procuradores-Gerais presentes. Inicialmente, Doutora Fátima solicitou a inclusão do Projeto no
11 Banco de Boas Práticas do CNPJ, e esclareceu que o Projeto foi resultado do planejamento estratégico do
12 MP/MA, numa ação para impactar socialmente a atuação do Ministério Público. A PGJ do Maranhão expli-
13 cou que o projeto nasceu da demanda da sociedade, identificada em cinco polos, em todo o Estado do
14 Maranhão, cujas principais reclamações, as mais urgentes, estavam na na deficiência da educação, da saú-
15 de, e da geração de emprego e renda. Relatou que, em um primeiro momento, foi feita uma experiência
16 como um projeto-piloto nos 14 municípios mais pobres do Estado, que ao todo são 32. Doutora Fátima re-
17 latou que o quadro nesses municípios era caótico, com escolas e hospitais com obras paralisadas, e depois
18 da intervenção do Ministério Público, que tinha como objetivo promover a melhoria de qualidade da vida
19 do cidadão na área da educação, saúde e renda, fazendo com que o Ministério Público atue fiscalizando,
20 de uma forma muito mais efetiva e concomitante, nessas três áreas, fiscalizando os recursos que vão para
21 a educação, a saúde, e também fomentando as políticas de geração de emprego e renda, percebeu-se que
22 nesses municípios mais pobres quase inexistente política de desenvolvimento do município, de forma que o
23 cidadão vive em condições indignas. Doutora Fátima expôs que a finalidade da intervenção do Ministério
24 Público, com esse projeto, é positivar o IDH no Estado, e que essa foi uma ação que foi muito bem recebi-
25 da pela sociedade civil, e também pelos demais gestores públicos, porque há uma grande articulação do
26 Ministério Público, uma credibilidade que o Ministério Público tem no Estado, com a sua intervenção de
27 fazer acontecer a política pública. A Procuradora-Geral relatou que, em cinco meses desse projeto, os re-
28 sultados que já estão sendo verificados são bastante interessantes. Destacou que esse projeto implica
29 uma maior participação do povo e que as ações do Governo do Estado já estão integradas com o “Positi-
30 vando”, como se pode verificar da criação da Secretaria de Combate à Pobreza. Apresentou o projeto
31 como algo que veio contribuir para um novo olhar do gestor público municipal, sabendo que a fiscalização
32 do Ministério Público está sendo intensificada, no sentido de que as políticas públicas aconteçam, para
33 efetivamente poder erradicar a miséria do Estado do Maranhão, que é um Estado com um potencial mui-
34 to grande de recursos, de riquezas naturais. A partir desse despertar, todos estão tomando consciência, o
35 Governo do Estado, os Prefeitos, Secretários de Estados, membros do Ministério Público, em uma ação ar-
36 ticulada. Em continuação, Doutora Fátima opinou no sentido de que o projeto deve ser aplicado para todo
37 o Brasil, uma vez que o problema da deficiência da educação, inclusive a questão da merenda escolar, da
38 qualidade do ensino, da qualidade da escola, dos recursos do SUS, que não estão sendo aplicados na aten-
39 ção básica e que, às vezes, em virtude disso, as pessoas morrem porque não têm o primeiro atendimento
40 no seu município, e elas têm que se deslocar para município a 400 quilômetros dali, chegando a óbito por
41 conta dessa falta de atendimento. No âmbito desse projeto, informou a Procuradora-Geral, foi-se em bus-
42 ca da responsabilidade social da companhia de energia elétrica do Maranhão (CEMAR), celebraram-se Ter-
43 mos de Ajustamento de Conduta, e agora já está sendo ampliada a rede de distribuição de energia elétri-
44 ca. Por fim, Doutora Fátima ressaltou que a responsabilidade do Ministério Público aumenta com esse



1 projeto, mas que não resta dúvida, pelos resultados já obtidos, em cinco meses, que o projeto contribuirá
2 para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano no Estado do Maranhão. Em seguida, a Pro-
3 curadora-Geral e a Promotora de Justiça do MP/MA Tereza Muniz Ribeiro de la Iglesia exibiram um vídeo
4 referente ao Projeto. Doutor Cláudio parabenizou a iniciativa, assim como o fez Doutor Olympio, o qual
5 ressaltou que o principal projeto estratégico do Ministério Público do Paraná é exatamente o do Ministé-
6 rio Público Social, que também significa a aproximação da instituição às regiões de menores Índices de
7 Desenvolvimento Humano do Estado. Considerou, ainda, a importância de identificar os municípios com
8 baixo IDH em todos os Estados, e de discutir iniciativas e resultados, com vistas a aprimorar o trabalho do
9 MP. Doutora Fátima acrescentou, ademais, a existência de blog do 'Positivando o IDH', onde existe a inte-
10 ração com a população, acompanhando e monitorando todo o projeto. Nesse momento, o Procurador de
11 Justiça Carlos Augusto Alcântara Machado, representante do Doutor Orlando Rochadel, Procurador-Geral
12 de Justiça do Sergipe, cumprimentando a todos, registrou a existência de um trabalho em seu Estado, já
13 em franco desenvolvimento, iniciado há alguns anos, como censo educacional, e que evoluiu para a ideia
14 de censo social. Tal projeto, segundo o Doutor Carlos Augusto, é feito com a colaboração, e mediante con-
15 vênios de setores do Estado e do município, com resultados muito satisfatórios, em alguns municípios,
16 como um projeto-piloto, e em bairros específicos da capital, Aracaju. Doutor Lio Marin, Procurador-Geral
17 de Justiça de Santa Catarina, sugeriu que a Comissão de Boas Práticas desse destaque ao tema apresenta-
18 do, o que foi aprovado à unanimidade. Na sequência, Doutor Cláudio concedeu a palavra ao Doutor Fabia-
19 no Silveira, Conselheiro do CNMP, o qual saudou a todos os presentes, apresentando suas escusas pela
20 impossibilidade de comparecimento no turno da manhã. Atendendo ao pedido dos Conselheiros Jefferson
21 e Jarbas, Doutor Fabiano enfatizou a existência de um plano de visitas às instituições ministeriais, que teve
22 início em Santa Catarina, com resultados promissores. Informou, ainda, sobre a nova sede do Conselho,
23 com condições de trabalho mais apropriadas. Doutor Fabiano noticiou ao Colegiado a proximidade de
24 constituição de um grupo de trabalho que venha a tratar da questão da tramitação direta do inquérito po-
25 licial, aproveitando a experiência de Estados que já implementaram essa modalidade, a exemplo do Para-
26 ná, de Alagoas, do Rio Grande do Norte, do Rio de Janeiro e do Ministério Público Federal. Por fim, agra-
27 deceu a todos pela oportunidade. Em seguida, Doutor Cláudio passou a palavra para o Cerimonial do
28 MP/MG, tendo em vista o item 12 da pauta (Solenidade de Posse do novo Presidente do GNDH, Procura-
29 dor-Geral de Justiça (MP/RS), Dr. Eduardo de Lima Veiga, e da nova Secretária do GNDH, Promotora de
30 Justiça (MP/RS), Dra. Angela Salton Rotunno). Iniciada a cerimônia, foi lido o termo de posse e, em segui-
31 da, o Presidente do GNDH, Doutor Eduardo Veiga, dirigiu-se ao Colegiado. Inicialmente, agradeceu a gene-
32 rosidade de Doutor Alceu, por lhe permitir assumir a Presidência do Grupo. Ressaltou estar convencido de
33 que o século XXI será o século da afirmação das igualdades materiais e, dessa forma, será a afirmação dos
34 direitos humanos. Afirmou que o Ministério Público tem uma longa história na defesa dos direitos huma-
35 nos e vê a missão da Presidência do GNDH como uma oportunidade de fazer parte dessa história. Por fim,
36 agradeceu a confiança dos demais Procuradores-Gerais. Em continuação, Doutor Cláudio, conforme deli-
37 beração do Colegiado, fez a entrega da medalha ao mérito do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais
38 do Ministério Público dos Estados e da União, à Doutora Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, do Ministé-
39 rio Público Militar, ao Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto, do Estado do Paraná e ao Doutor Alceu
40 José Torres Marques, do Estado de Minas Gerais. Após a entrega das medalhas, Doutor Cláudio proferiu
41 discurso de homenagem aos Procuradores-Gerais agraciados, saudando-lhes por sua trajetória durante o
42 tempo em que integraram o Colegiado do CNPG. Doutora Cláudia declarou sentir-se honrada pelo período
43 em que esteve no Colegiado e expressou seu desejo de que os membros do CNPG continuem progredin-
44 do, aprendendo e trocando ideias. Em seguida, Doutor Olympio registrou a surpresa da homenagem,



1 agradecendo a todos. Antes do encerramento, Doutor Cláudio agradeceu ao Doutor Alceu pela recepção,
2 dirigindo seus agradecimentos, igualmente, aos Conselheiros do CNMP, ao Conselheiro Gilberto Martins
3 do CNJ, aos Procuradores e à assistência. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CNPG declarou en-
4 cerrada a sessão, sendo por mim, Maria Helena Nunes Lyra, Secretária-Executiva, lavrada a presente ata.

5

6

7

8

9

Claudio Soares Lopes
Presidente do CNPG

10

11

12

13

14

15

Maria Helena Nunes Lyra
Secretária Executiva do CNPG